



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

ATA SINTÉTICA DE MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO

NÍVEL BÁSICO (PCCS-NB) E NÍVEL MÉDIO (PCCS -NM)

ANO – 2019 – REUNIÃO 5

Aos dez dias de setembro de dois mil e dezenove, às quinze horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a quinta reunião da Mesa Setorial do nível básico e médio do Quadro de Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de dar continuidade à retomada das mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:

- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . CLAUDIA DE CRESCENZO, coordenadora da Mesa Setorial da Saúde;
- . ERICK DE MOURA SOTERO, assessor técnico da Coordenadoria de Gestão de Pessoas;

- . NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;

Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:

JOSÉ ACIOLI, representante da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo - AEMSP; OSVALDO VAZÃO, representante da Associação dos Escriturários Municipais de São Paulo - AEMSP; DENIS DANTAS, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; DÉBORA DUTRA, representante da Associação Municipal dos AGPPs e Agentes de Apoio de São Paulo - AMAASP; MARGARIDA GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM; FELICIANO DINIZ, representante da Associação dos Servidores Municipais de São Paulo - ASMUSP; MARCIA DE OLIVEIRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; LUIS GUERRA, representante da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores do Município de São Paulo - FASP; DJALMA PRADO, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP; VLAMIR LIMA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

- **Pautas:**

Continuidade das mesas de negociações, com apresentação da Secretaria Municipal de Gestão acerca das reestruturações referentes aos Quadros de Nível Básico e Médio.

- **Apontamentos iniciais:**

Antes de iniciar os trabalhos da Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio, houve ponderações das entidades sindicais acerca do Decreto nº 58.890/2019 em que modifica as consignações sindicais na folha de pagamento do funcionalismo público. Este pleito fora apresentado pela Margarida Genofre, representante da APROFEM e coordenadora do Fórum das Entidades Sindicais do SINP, em que solicitou uma reunião emergencial sobre a temática com o Gabinete da Secretaria Municipal de Gestão, visto o teor das alterações e no

qual as entidades sindicais não foram consultadas. O pleito foi aceito pela Gestão e a reunião a ser marcada.

Márcia de Oliveira (FASP) coloca que os exemplos usados na reunião passada, como o caso de servidores do Nível Médio que recebem R\$ 17 mil são exceções e por vezes fazem parte de gabinetes da Prefeitura Municipal de São Paulo. Casos isolados como estes não podem ser parâmetro para a Gestão articular as reestruturações dos Quadros. Por fim, Márcia de Oliveira entrega a proposta de reestruturação da FASP em conjunto com a APROFEM, tanto para o Nível Médio como para o Nível Básico. E o SINDSEP informa que suas respectivas propostas estão sendo elaboradas e brevemente serão apresentadas.

- **A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho Clarisse de Almeida dá abertura à Mesa Setorial de Negociação do Nível Básico e Médio:**

Iniciada a sessão, houve uma rodada de apresentação dos presentes. Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou o panorama conjuntural o qual restabelece as Mesas de Negociação à luz do Protocolo de Negociação 01/2019; a instalação de Comissões Paritárias de Greve em 16/07 e 15/08; visita às entidades representativas pela Assessoria de Relações de Trabalho para escuta ativa; o Substitutivo 05/19 do Projeto de Lei 616/18 que permanece com efeitos suspensos na Câmara Municipal; e a abertura de encontro de trabalho, proporcionada pela Gestão, no dia 27/08/2019 para que entidades apresentassem propostas e deliberações para as carreiras.

Em seguida, Clarisse de Almeida apresentou as convergências técnicas entre estrutura de proposta de reestruturação feita pela Prefeitura e as entidades sindicais, sendo elas: 1 ano e meio para progressão e promoção com fim da trava; abertura para não optantes do PCCS e extinção dos segmentos do Nível Médio, porém, este último, possui ressalvas do SINDSEP. Porém, na última Mesa de Negociação realizada no dia 03 de setembro de 2019, fora unânime a recusa das entidades para com as tabelas apresentadas pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Após o panorama conjuntural, Clarisse de Almeida ressaltou as motivações e importância da reestruturação. A valorização salarial de servidores que se encontram na base da administração e não recebem reajuste desde 2013, buscando o princípio de isonomia no

trabalho; a busca pela implementação das produções do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Nível Médio de março de 2018; lidar com a complexidade da judicialização que atinge 66% do Nível Médio e 62% do Nível Básico; mudança para o modelo de subsídio, oportunizando uma forma de retribuição simplificada, para maior transparência e fiscalização da sociedade; e por fim atenuar a corrosão inflacionária que alcançou a porcentagem de 39,27% acumulada entre janeiro de 2013 a julho de 2019.

Os novos elementos trazidos pela Assessoria de Relações de Trabalho e maturados conjuntamente com a Coordenação de Gestão de Pessoas (COGEP) da Secretaria Municipal de Gestão, foram os seguintes: Impossibilidade de integração não linear, visto que o parecer técnico aponta em conflito jurídico e de gestão financeiro-orçamentária; Possibilidade de diminuição de referências, no qual a ART propõe meio termo entre Gestão e entidades com 13 referências para o Nível Básico e 18 referências para o Nível Médio; Incerteza sobre possibilidade de edição de portaria para não desconto com reposição de horas das paralisações, uma vez que demanda articulação intersecretarial; Viabilidade de abertura da opção do PCCS aos ativos dos demais Quadros da Prefeitura; Aguardo de audiência com o Prefeito e chancela do Governo e da Fazenda para decisão sobre pleitos das entidades por valores maiores nas tabelas; Inexequibilidade de reajuste de reposição inflacionária de 39,27% em cada referência do quadro atual do Nível Básico e Médio, como fora propostos pela entidade SINDSEP, visto que desaguaria em um impacto extremado de R\$ 475.682.876 para os cofres públicos. E por fim, medida de valorização da formação de servidores do Nível Básico e Médio, no qual os servidores que tiverem formação acima daquela colocada pelo seu Quadro seriam enquadrados na próxima referência imediatamente superior com as reestruturações.

Márcia de Oliveira (FASP) indaga se tal medida de valorização da formação dos servidores será estendida aos inativos dos Quadros e coloca que a Gestão deve considerar aqueles que não têm formação superior ao seu cargo, entretanto, desempenha função comissionada de chefia. Para além, coloca que a tabela deveria voltar a ser dividida em três anos de aumento, na medida em que tal política estimula a adesão em longo prazo dos servidores e se faz coerente com as reestruturações passadas. Ressaltou, também, a ideia para quem estiver localizado em B10 e M15 pular uma referência na troca da reestruturação.

Débora Dutra (AMAASP) indaga se a valorização por formação é um evento aberto apenas na mudança de Quadro ou se estenderá para os próximos anos. Clarisse de Almeida coloca que tais especificidades técnicas serão aclaradas na próxima Mesa, visto que a COGEP e o jurídico estão se debruçando sobre a temática. Claudia de Crescenzo diz que pode haver problemática de uma abertura perene com as regras atuais de contagem de tempo para promoção e progressão. Débora Dutra ainda coloca que o ganho técnico colocado pela Gestão não paga conta dos servidores e que o governo precisa apresentar uma tabela digna e que esteja em consonância com o bom senso.

Djalma Prado (SINDSEP) coloca que a remuneração proposta para os Níveis Básico e Médio não condiz com aquilo que foi apresentado para a Saúde. E já que o governo não abre mão da integração linear, os servidores não abrem mão da contagem de tempo. Além, coloca que não há isonomia entre as propostas da Prefeitura para o Nível Básico e Médio, visto que o Básico não possui valores escalonares iguais ao Médio, apresentando no máximo 7,5% de variação de uma referência para outra.

Denis Dantas (AMAASP) expõe sua frustração perante o fato de não ter sido apresentado uma nova tabela pela Gestão e lembra que o limite das entidades sindicais é até o dia 17 de setembro de 2019, data da última Mesa de Negociação agendada. Caso não haja consenso entre as entidades e a Gestão, a AMAASP irá solicitar reunião com o Governo e Fazenda. Denis Dantas reforça que não é possível utilizar os mesmos parâmetros da reestruturação do Nível Superior e em contrapartida não apresentar as mesmas majorações salariais. Para além, o representante sindical alerta que se a intenção da Gestão é apresentar na próxima Mesa uma tabela com um pequeno reajuste que não altera em grandeza os 78% do subsídio complementar, as categorias irão prontamente recusar a proposta. Coloca que é incoerente a Gestão apresentar uma tabela com inicial menor do que o Nível Básico e Médio recebem de fato. E no que tange as 20 referências do Quadro dos AGPPs, os servidores não se apresentaram contrários, visto que se a reforma da previdência federal passar a vigorar nas municipalidades estenderia os anos de trabalho para conseguir a aposentadoria. Denis Dantas indaga que se é possível subir uma referência pela formação, como a integração não pode ser feita pela “linear condicionante” apresentado na proposta da AMAASP. E por fim, convida todas as entidades presentes na Mesa para participar do dia 19 de setembro de 2019, no qual haverá assembleia das categorias para decidir a aprovação ou não da proposta da Prefeitura de São Paulo para os Níveis Básico e Médio.

Vlamir Lima (SINDSEP) pondera que as questões relativas a progressão foram tratadas até o momento na Mesa, entretanto, quanto a promoção não tivemos avanços. Coloca também que o governo apresentou o impacto orçamentário-financeiro da proposta do SINDSEP, porém não apresentou o impacto da proposta do próprio governo. Clarisse de Almeida esclarece que os impactos são de naturezas diferentes, visto que a proposta do SINDSEP era de manutenção do padrão de vencimentos, enquanto a proposta da Prefeitura era de alteração desse modelo para subsídio, ocasionando maiores dificuldades técnicas para sua respectiva elaboração. Vlamir Lima retoma o fato de que a maioria dos servidores não terá ganho real nas reestruturações e que os ganhos técnicos colocado pela Gestão são de ordem evolucionar nas carreiras e não de majoração salarial. Além, o representante sindical invoca a reestruturação da educação que chegaram a saltar quatro referências na mudança de Quadro, assim, faz-se necessário a Gestão valorizar de melhor forma os Níveis Básico e Médio. Por fim, afirma que a Prefeitura precisará dar um “cavalo de pau” para reverter o quadro de 70% dos servidores não terem ganho real com as reestruturações e questiona o destino do aumento da alíquota de contribuição previdenciária, no qual retirou 3% de todo o funcionalismo público. Ressaltou, ainda, estar de acordo com Márcia onde a tabela deveria voltar a ser dividida em três anos de aumento, em contrapartida com a política de revalorização de 0,1%.

Margarida Genofre (APROFEM) reconhece o esforço realizado pela Secretaria de Gestão, entretanto, no que tange o subsídio, a APROFEM se apresenta terminantemente contrária a proposta, na medida em que esse modelo apresenta uma violação a Constituição de 1988. Além, o subsídio fora uma maneira que a Prefeitura de São Paulo encontrou para driblar as ações judiciais e os direitos do funcionalismo público. Quanto ao aumento das referências, Margarida Genofre coloca que essa proposta representa um rompimento da paridade para com os aposentados.

Claudia de Crescenzo, da Secretaria de Saúde, coloca a necessidade de a equipe técnica integrar às Mesas de Negociação, visto que na reestruturação da Saúde só fora possível, pois havia um endereçamento direto aqueles responsáveis pelas respectivas demandas colocadas pelas entidades sindicais. E ratifica que a adesão de praticamente todas as carreiras da Saúde no novo Quadro fora resultado desta integração: política e técnica.

Nas ponderações finais, Clarisse de Almeida coloca que as dúvidas elencadas pelos representantes sindicais serão aclaradas na próxima Mesa de Negociação, marcada para o dia 17 de setembro de 2019. Reforça que a proposta de valorização por meio da formação dos servidores ainda está em maturação pela equipe técnica e jurídica. Coloca também que devemos analisar com cautela a experiência do IPREM, uma vez que não podemos encastelar propostas que não foram normatizadas na Administração Pública. Clarisse de Almeida pondera que a reestruturação é para alcançar aqueles que mais precisam e que sequer tiveram acesso à Justiça brasileira. Recorda aos representantes sindicais o Protocolo de Negociação, no qual o Prefeito assumiu o compromisso de não alterar a alíquota previdenciária do funcionalismo público. Tais conquistas, assim como o próprio andamento das Mesas de Negociação do Nível Básico e Médio, são frutos da política negocial que visa a aproximação dos servidores para com a Administração Pública. E por fim, reitera que a Administração Indireta está no radar da Gestão e serão incluídos nas reestruturações.

- **Encaminhamentos Finais:**

- . Apresentação detalhada da proposta da Prefeitura no que tange a valorização por meio da formação para os Níveis Básico e Médio;
- . Apresentação do impacto financeiro-orçamentário;
- . A Secretaria Municipal de Gestão articular melhores majorações salariais para as tabelas de reestruturação do Nível Básico e Médio;
- . Detalhar os mecanismos de promoção dos respectivos Quadros em questão;
- . A pedido da AMAASP, a ART articular com a Subprefeitura de Santo Amaro a liberação de acesso ao auditório da unidade.